



AlimentaÇÃO! pela sustentabilidade dos sistemas alimentares

Pertinência do projeto no atual contexto nacional

A promoção de CCA é hoje reconhecida como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento rural. Atendendo ao atual contexto português, e para que estes CCA floresçam e funcionem com eficácia e eficiência, é fundamental garantir a existência e o bom funcionamento de um conjunto de instituições e dinâmicas, formais e informais, adequadas, incluindo políticas públicas e respetivos instrumentos e mecanismos de governança.

Neste contexto, o projeto AlimentaÇÃO! tem como objetivo contribuir para a construção de políticas públicas de desenvolvimento rural, em particular de criação de CCA, baseadas numa abordagem de Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.

“ As Câmaras Municipais têm um papel central na boa, menos boa e, por vezes, má alimentação dos alunos. (...) Com a descentralização de competências, em setembro de 2021 os municípios estarão a alimentar um milhão de alunos em vez de 230 mil, cada território será autónomo e será responsável pelos refeitórios escolares de todos os anos letivos. É uma tarefa gigantesca! Carlos Miguel | Secretário de Estado das Autarquias Locais ”

Contributos para a construção da transição alimentar

Espera-se como resultado principal a disseminação de boas práticas de CCA, a mobilização da sociedade civil em prol deste tema e a capacitação de agentes rurais de desenvolvimento.

O projeto irá produzir diagnósticos dos seis municípios envolvidos e a criação do Guia “Políticas Públicas de Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada” disponibilizado em formato digital, e diversos materiais de divulgação incluindo um vídeo. Será também realizada uma campanha mediática para divulgação de boas práticas de CCA em Portugal,

incluindo a realização de ações de advocacia junto de municípios portugueses.

Histórico de um percurso conjunto de mobilização nacional

O projeto surge em resultado da dinâmica das atividades da campanha nacional AlimentaÇÃO! [1], cujos atores envolvidos se mobilizaram, integrando também a associação nacional ANIMAR, para construir um projeto que permitisse aprofundar as discussões realizadas sobre o tema dos Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA).



1 - Cartaz de um dos eventos promovidos pela campanha nacional AlimentaÇÃO! em 2018.

Surge assim o projeto *AlimentaÇÃO! – Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada*, que integra no consórcio de parceiros a ANIMAR, a ACTUAR, o Colégio F3 da Universidade de Lisboa, os Municípios de Vinhais, Fundão e Idanha-a-Nova, e tendo como parceiros de apoio a FAO, a Associação Nacional de Municípios e os municípios de Torres Vedras, Tavira e São Pedro do Sul. O projeto é financiado pelo PDR2020, com duração até setembro de 2020.



2 - Oradores do seminário sobre CCA no âmbito da campanha nacional AlimentaÇÃO!

Parceria



Parceiros de Apoio



Financiador:





Atividades realizadas

Oficina sobre Políticas Públicas Locais para a Sustentabilidade Alimentar

O projeto AlimentAÇÃO! marcou presença no *Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis* (FISAS) [2], com a realização da oficina *Políticas Públicas Locais para a Sustentabilidade Alimentar*, em Idanha-a-Nova, a 20 de julho [3].

A oficina visava a troca de conhecimentos entre municípios portugueses sobre boas práticas de políticas públicas locais com foco na construção de medidas e arranjos de governança local para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, tendo como pano de fundo as discussões decorridas no FISAS sobre as Bio-Regiões e os Sistemas Importantes Património Agrícola Mundial. A moderação foi 3 - realizada pela coordenadora da Rede Rural Nacional, pontuando o debate entre os municípios com questões que procuravam estimular a reflexão sobre os desafios da sustentabilidade alimentar.

Que iniciativa(s) estão em curso no seu município para a promoção da sustentabilidade alimentar? Há alguma estrutura de governança instalada? A iniciativa conta com um quadro institucional para garantir a sua implementação e continuidade a longo-prazo?

Tendo em atenção o trabalho local já desenvolvido, quais os principais obstáculos que encontrou e encontra? E como considera que podem ser ultrapassados?

Foram convidados seis municípios portugueses - Idanha-a-Nova, Mértola, Montalegre, Montemor-o-Novo, São Pedro do Sul e Torres Vedras - para partilharem as suas experiências e aprendizagens para a construção de um quadro institucional promotor de sistemas alimentares sustentáveis.

Os municípios participantes foram selecionados procurando articular os objetivos do projeto *AlimentaAção!* com os objetivos e reflexões ocorridas no FISAS, integrando municípios associados

à rede das Bio-Regiões, municípios parceiros do projeto e outros com um percurso relevante para partilhar.

Marcou presença uma multiplicidade de atores de diferentes esferas, incluindo representantes de organizações de agricultores e da sociedade civil, técnicos de governo, investigadores, entre outros.



3 - Momentos da Oficina sobre políticas públicas para a sustentabilidade alimentar, a 20 de julho em Idanha-a-Nova.

Obstáculos e desafios locais num contexto global de transição alimentar

Havendo diferenças de longevidade e de experiências nos percursos dos municípios presentes, todos os municípios admitiram que construir a transição para a sustentabilidade alimentar é um grande desafio e que é essencial rever, melhorar e contruir quadros legais e institucionais adequados.

Os municípios situados em territórios de baixa densidade populacional enfrentam o desafio do êxodo, sobretudo dos mais jovens, e a dificuldade em cativar e construir condições que permitam fixar população.

“ A vontade política é fundamental para a construção de condições para o florescimento do tecido social local em termos da organização económica dos produtores, acesso aos mercados e também à terra e aos recursos produtivos. Sara Rocha | ACTUAR ”

A existência generalizada, ainda, de uma imagem negativa da agricultura é também um obstáculo à atração de novos ativos para os territórios.

Também a falta de medidas e apoios adequados à especificidade de cada um dos territórios rurais dificulta o apoio eficaz a quem persiste em viver da terra para produzir alimentos saudáveis de forma

Parceria

animar aCtuar

COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Câmara Municipal

SÃO PEDRO
DO SUL

município de
VINHAIS

Parceiros de Apoio

Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Associação Nacional
de Municípios
Portugueses

Associação Nacional
de Municípios
Portugueses

Torres Vedras
Câmara Municipal

Torres Vedras
Câmara Municipal

Financiador:

PROGAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNião Europeia
Fundação Europeia
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe na vida rural



sustentável. A este nível foi diagnosticada a necessidade de mais formação e de apoio técnico, reconhecendo também os agricultores como produtores de conhecimentos.

O desenvolvimento da agroecologia em Portugal, tema discutido durante os dias anteriores à oficina, carece, desde logo, de um debate nacional alargado e do reconhecimento da sua importância no quadro da sustentabilidade ecológica da alimentação. Um passo urgente sobretudo para os municípios que mais sofrem com os impactos das alterações climáticas. Aqui, a preservação do património alimentar, em particular, das variedades endógenas, adaptadas aos territórios foi indicado como fundamental.

Um outro desafio consiste na sensibilização da comunidade, e em particular das famílias, ao nível do consumo alimentar e saúde, de forma a consolidar a educação que as crianças já têm vindo a receber nas instituições escolares.



4 - Municípios convidados em debate durante a oficina sobre políticas públicas para a sustentabilidade alimentar.

Outros obstáculos foram apontados, desde o acesso à terra, ao controlo da certificação de produtos locais para abastecimento da restauração, ao centralismo do Estado e as próprias organizações da sociedade civil que ficam reféns das diretivas de projetos com escassos financiamentos.

“ A questão da alimentação e da produção do alimento é uma boa pedra de toque para promover o desenvolvimento. Victor Andrade | ANIMAR ”

Práticas locais para a construção da sustentabilidade alimentar

Alguns Municípios desenvolvem já estratégias locais, desde a produção até ao consumo, envolvendo a comunidade local, outros desenvolvem iniciativas regulares focadas em áreas concretas como a alimentação escolar, o apoio aos agricultores, sensibilização, entre outras.

Não obstante as diferenças, uma conclusão comum assentou na importância da cooperação e colaboração entre os diversos atores locais, em articulação ao nível nacional, dada a interdependência entre ambos. São algumas das boas práticas em curso nestes municípios:

- ✓ Desenvolvimento de hortas escolares cuja manutenção é feita pelas crianças e suas famílias, e que beneficiam dos alimentos produzidos.
- ✓ Programas de sensibilização em escolas e organizações sociais para a promoção da saúde alimentar, visando fomentar hábitos saudáveis. Os agricultores são figuras centrais a levar às escolas.
- ✓ Colaboração com as organizações sociais, as quais confeccionam e fornecem as refeições escolares, usando os alimentos comprados aos produtores locais.
- ✓ Promover uma cultura de inovação e apoiar a experimentação de ideias que possam tornar-se em soluções a serem replicadas.
- ✓ Apoio aos produtores locais na transformação alimentar e também no escoamento e comercialização dos seus produtos, através de lojas, mercados e apoio logístico para a distribuição.
- ✓ Acompanhamento, apoio técnico, formação e capacitação dos agricultores para a adoção de práticas de produção mais sustentáveis.
- ✓ Alimentação escolar gratuita visando garantir a segurança alimentar e nutricional de todas as crianças.
- ✓ Desenvolvimento participado de estratégia alimentar visando a transição para um sistema agroecológico de base territorial.
- ✓ Iniciativas locais onde são abordadas temáticas associada à produção, alimentação e a outros produtos locais e onde são promovidas e comercializadas variedades de produtos agroalimentares regionais.

Parceria

animar aCtuar

COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Câmara Municipal

SÃO PEDRO
DO SUL

Município de
VINHAIS

Parceiros de Apoio

Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Associação Nacional
de Municípios
Portugueses

Associação Nacional
de Municípios
Portugueses

Torres Vedras
Câmara Municipal

Financiador:

FDR 2020
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundação Europeia
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe na vida rural



“ Não devemos ignorar a evidência da lacuna que ainda existe quanto a políticas municipais de alimentação e principalmente quanto à escassez do envolvimento dos próprios agricultores no desenho destas políticas. Luís Goulão | ColégioF3 ”

Eixos para a construção de políticas públicas e programas visando a promoção de sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis

No final da oficina, foram apresentadas as conclusões, traduzindo as reflexões desenvolvidas ao longo de vários dias pelos diversos participantes que estiveram na oficina e demais eventos do FISAS [4].

1 – Coerência, coordenação e alinhamento

Priorizar intervenções territoriais coerentes, coordenadas e alinhadas, de forma a aumentar a sua eficácia. Estas intervenções e seus planos de ação devem resultar de pactos territoriais e planos de ação multi-atores e participativos.

2 – Abordagem territorial

Desenvolver políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional que promovam a transformação dos sistemas alimentares a nível local, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa abordagem de direitos. Estas políticas locais, com caráter intersetorial, devem promover pactos e planos entre diversos atores para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis.

3 – Participação social e governança

Operacionalizar mecanismos formais nos vários níveis territoriais para garantir a participação social plena e transparente na formulação das políticas e programas para a segurança alimentar e nutricional, dando prioridade e apoio à participação de mulheres e jovens.

4 – Agroecologia como abordagem central

Reconhecer a centralidade da agroecologia enquanto ciência desenvolvida a partir de dimensões sociais, económicas, políticas, científicas e ecológicas, e a sua integração com o conhecimento e as práticas ancestrais dos produtores familiares de alimentos, como a abordagem indispensável para transformar os sistemas agroalimentares.

Próximas atividades

 Rodas de diálogos a acontecer em...

14 set 2019 | São Pedro do Sul
Integrada no evento *Feijão.Come*

16 out 2019 | Tavira
Integrada nas comemorações do Dia Mundial da Alimentação

19 out 2019 | Torres Vedras
Integrada no Mês da Alimentação Saudável de Torres Vedras

... participe!

NOTAS:

[1] A campanha AlimentAção!, criada em 2018 e promovida pela FAO, articula vários atores da sociedade civil (a ReAlimentar - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), da academia (Colégio F3 da Universidade de Lisboa), e atores governamentais nacionais (Rede Rural Nacional) e locais (Municípios). A Campanha tem como objetivos, entre outros, sensibilizar a sociedade civil e decisores políticos para priorizar uma mudança para sistemas e paisagens alimentares mais sustentáveis, equitativos e locais; aumentar a eficiência, a eficácia e a equidade das políticas alimentares, nacionais e locais, através do reforço da coordenação intersectorial e multiatores; dar visibilidade a boas práticas locais na área de alimentação e nutrição para que estas inspirem outras iniciativas. No âmbito da Campanha foram realizadas várias atividades em 2018 - seminário sobre compras públicas a cadeias curtas agroalimentares (fevereiro, Lisboa); oficina nacional e local (Lisboa e Torres Vedras) e a comemoração do Dia Mundial da Alimentação na Assembleia da República.

[2] Mais informação sobre o FISAS em: <http://fisas.org/>

[3] Programa da Oficina disponível em: <http://fisas.org/iniciativas/oppl/>

[4] Conclusões do evento disponíveis em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8474&M=NewsV2&PID=10872>

INFORMAÇÃO: O conteúdo deste boletim não implica a expressão de qualquer opinião por parte do consórcio do projeto AlimentAÇÃO! sobre a situação dos territórios em análise ou das suas respetivas autoridades. O consórcio do projeto incentiva o uso, reprodução e divulgação do material contido neste boletim. O material pode ser copiado, descarregado e impresso para estudo, pesquisa e ensino, ou para uso em produtos e serviços não comerciais, desde que se indique o projeto como a fonte e que não implique o endosso pelo consórcio das opiniões, produtos ou serviços dos utilizadores do boletim.

Créditos das imagens

Imagens 2, 3 e 4: ACTUAR | 2019.

Imagem 1:

Parceria

animar aCTuar

COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Câmara Municipal

SÃO PEDRO DO SUL

Município de VINHAIS

Parceiros de Apoio

Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Associação Nacional de Municípios
Portugueses

Associação Nacional de Municípios
Portugueses

Torres Vedras
Câmara Municipal

Torres Vedras
Câmara Municipal

Torres Vedras
Câmara Municipal

Torres Vedras
Câmara Municipal

Financiador:

PRORR 2020

PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNião Europeia
Fundação Europeia de Desenvolvimento Rural
A Europa investe na vida rural